

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

Rodrigo Luis dos Santos¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar as articulações e conjunturas políticas do Rio Grande do Sul na década de 1930, especialmente entre os anos de 1932 e 1937, período em que teve existência o Partido Republicano Liberal, fundado pelo então interventor federal José Antônio Flores da Cunha. Para melhor compreender as dinâmicas locais deste partido político, relacionando-as com as estruturas provenientes das esferas nacional e estadual, escolhemos analisar os Diretórios Municipais de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Palavras-Chave: Partidos Políticos; Governo Vargas; Rio Grande do Sul.

DISSIDENTIALS AND CONTINUITIES IN THE LIBERAL REPUBLICAN PARTY IN RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERATIONS FROM THE ANALYSIS OF THE MUNICIPAL DIRECTORIES OF SAO LEOPOLDO AND NOVO HAMBURGO)

Abstract: This paper aims to analyze the articulations and political conjunctures of Rio Grande do Sul in the 1930s, especially between 1932 and 1937, a period in which the Liberal Republican Party was created, founded by the actual federal interventor José Antônio Cunha flowers. In order to better understand the local dynamics of this political party, relating them to structures from the national and statespheres, we have chosen to analyze the Municipal Directorates of São Leopoldo and Novo Hamburgo.

Keywords: Political Parties; Government Vargas; Rio Grande do Sul.

*O artigo é uma versão ampliada de parte de minha dissertação de mestrado, defendida em 2016 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio Dos Sinos - UNISINOS.

¹ Professor do Instituto Superior de Educação Ivo/Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: rluis.historia@gmail.com

Introdução

O trabalho que aqui apresentamos tem como arcabouço de pesquisa a História Política, enfatizando os desdobramentos ocorridos no estado do Rio Grande do Sul na década de 1930, especialmente entre os anos de 1932 e 1937. Antes, porém, de adentrarmos nas considerações sobre a renovação da História Política, julgamos conveniente trazer ao leitor algumas questões referentes ao nosso objeto e conjuntura de análise.

Em 1932, o cenário político nacional e sul-rio-grandense é marcado, sistematicamente, por um rearranjo das forças que circundavam as esferas de poder. Um grupo considerável de lideranças políticas, que apoiaram Vargas em sua tomada da chefia do país, em 1930, e que passaram a exercer cargos importante na nova estrutura governamental, acabaram por romper com o presidente. Essa ruptura ocorreu, em grande parte, pela postura de Vargas em não querer reconduzir o país para um processo de reconstitucionalização, somada com suas manobras políticas, interferindo e diminuindo a participação do grupo político que ascendera junto com ele ao poder, como foi o caso de Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, entre outros. Nesse sentido, esse grupo político mudou seu posicionamento para a oposição e, conseqüentemente, rompendo com Vargas.

Essas lideranças estavam, historicamente, vinculadas, em sua maioria, com o Partido Republicano Riograndense (PRR) e, alguns, com o Partido Libertador (PL). Esses dois partidos, desde 1929, estavam unidos em aliança, para fortalecer a liderança de Vargas, inicialmente em nível estadual, visando aplacar os ânimos políticos locais e, posteriormente, para alavancar sua candidatura ao cargo de presidente do Brasil. Neste caso, sua candidatura contava também com o apoio de oposicionistas da Paraíba e São Paulo (neste caso, o Partido Democrático, fundado em 1926, que fazia oposição ao tradicional e poderoso Partido Republicano Paulista), além do Partido Republicano Mineiro, que havia rompido com os aliados paulistas, que preferiram indicar novamente um político de São Paulo para o cargo, preterindo o candidato mineiro, rompendo com o antigo acordo oligárquico de revezamento no poder federal. Em 1932, Getúlio Vargas vinha perdendo sua base de sustentação, pois além dos gaúchos, os paulistas haviam se unido novamente contra o governo federal, fazendo que os partidos inimigos, ou seja,

democráticos e republicanos, se unissem em trono de uma Frente Única Paulista, exigindo do presidente a reconstitucionalização do país (e, invariavelmente, condições para que estes grupos tradicionais paulistas pudessem retomar o controle da política nacional). Diante desse quadro, Vargas, para se manter no poder, precisou fazer uso de novos acordos e criação de estruturas favoráveis. E, dentre elas, no caso do Rio Grande do Sul, alijar os partidos e políticos tradicionais do poder, concebendo uma nova força partidária que lhe desse sustentação e, ao mesmo tempo, afastasse definitivamente os antigos aliados da liderança regional.

Por conta desta conjuntura, onde é perceptível um jogo de poderes e de estratégias para consolidação, ampliação ou retomada do mesmo, escolhemos abordar esse período histórico, tendo em vista que é nesse momento em que se articulam as condições e o cenário que, em 1937, irá deflagrar o Estado Novo. Além disso, percebemos que é um período onde se faz pertinente aplicar uma apreciação sedimentada nas novas perspectivas de abordagem advindas da renovação da historiografia política. E, tendo em vista que o campo historiográfico da História Política tem sido acrescido de um impulso profícuo na historiografia brasileira recente, achamos oportuno tecer alguns comentários acerca desta renovação.

Ao longo dos últimos anos, muito se tem dedicado em repensar a História Política, apontando para suas limitações e, ao mesmo tempo, indicando novos caminhos e novas possibilidades. Assim, temos a chamada *Nova História Política*, que, além de romper com determinados aspectos limitadores da História Política tradicional, propõe estabelecer relações e conexões com outros campos da historiografia e de outras disciplinas no quadro das Ciências Humanas. Se, até certo tempo, a História Política se dedicava em compreender os grandes acontecimentos políticos, as grandes personalidades, se reduzindo a uma análise elitista, a Nova História Política lança seus olhares para outros objetos e outras maneiras de vislumbrá-los.

René Rémond, um dos responsáveis pelas novas perspectivas da História Política, chama a atenção para o antigo caráter deste campo historiográfico, apontando para os objetos que elencamos anteriormente. Dentro de uma nova perspectiva analítica, segundo ele, o historiador deve estar mais atento ao fenômeno político, contemplando e analisando de forma mais arguta o mecanismo relacional que se estabelece entre meio social e

indivíduo, as escolhas feitas, os comportamentos, as mudanças, permanências e rupturas, os meios utilizados para se aproximar, estabelecer e exercer o poder (1999: 58).

A política é o exercício do poder, por meio das relações que se estabelecem, conforme nos indica Pêrsio Santos de Oliveira (2002). A tentativa de obter o poder, de exercê-lo e de consolidá-lo permeiam as ações políticas dos indivíduos e dos grupos sociais. As formas e os níveis de exercício do poder podem variar, conforme vontade ou condições que estão dispostas sobre os indivíduos, embora não sejam elementos estanques, criando uma estrutura fixa, sem possibilidades de ações. Os indivíduos e grupos podem operar com essas condições, as quais são, em muitos momentos, estabelecidas pelos próprios indivíduos. Neste sentido, a política constitui o jogo de manipulação destes fatores condicionantes, visando ao exercício do poder.

Para Max Weber, a acepção de política corrobora para a apreensão desse processo de participação dos agentes sociais. Na visão do autor, política pode ser entendida como “a aspiração a participar no poder ou a influir na distribuição do poder entre os diversos estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de homens que o compõe” (WEBER, 1979: 09).

Não há como abordar as relações de poder sem trazer para o campo de interpretações as contribuições significativas de Michel Foucault. Esses aportes, por seu turno, foram expressivos para que a noção do político e da percepção sobre sua estrutura na análise histórica ganhassem subsídios mais críticos e atentos, perfazendo assim sua renovação. Em uma de suas principais obras, *Microfísica do Poder* (1979), Foucault estabelece que o poder não é algo ligado exclusivamente ao Estado, mas que é um componente inerente ao ser humano e, portanto, está atrelado com todas as dimensões onde as pessoas atuam, seja de forma consciente, objetiva e direta, seja em caráter subjetivo e representativo. Deste modo, a chamada *arte de governar* (1979: 281) é um dos elementos externos desta busca pelo poder e seu exercício de forma mais plena. Assim, fugindo das tradicionais abordagens sobre o poder político, ligado diretamente com as divisões partidárias e centralizadas na percepção do Estado, Foucault ampliou a gama de possibilidades interpretativas, permitindo que sejam observadas múltiplas disputas pelo poder, em diversos níveis, que estão alocados em um contexto mais complexo e dinâmico.

Assim, a política deixa de ser restrita aos governantes, meramente, e se torna aquilo que ela realmente é: algo que perpassa todos os ambientes sociais, em todas as formas de sociedade.

Retomando a análise sobre os caminhos da Nova História Política, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, na apresentação da segunda edição da obra *Por uma história política* (2003), organizada por René Rémond, nos aponta para uma reabilitação deste campo de estudos. Entre os argumentos elencados pela historiadora, ela enfatiza que

[...] ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista [...]. Seu interesse não está voltado apenas para a curta duração, mas para a pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e ideológicas, ou seja, a cultura política que por sua vez servirá de reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo (FERREIRA, 2003: 07).

Embasados nessa perspectiva revitalizadora das análises sobre o fazer política, buscamos ao longo deste artigo evidenciar e sopesar alguns elementos constitutivos do processo político sul-rio-grandense no período pré-Estado Novo. Nossa intenção é evidenciar a complexidade destas relações entre uma escala micro com uma dimensão macro, no jogo de relações entre o local e o global, acentuando que essa nova configuração analítica faz parte do arcabouço delineado pela renovação do campo de estudos sobre a ação política dos sujeitos históricos.

Conforme anteriormente abordado, além deste período conjuntural ter sido importante para delinear a própria configuração do regime estadonovista e de quem estaria vinculado ao mesmo, dentro do aparelho burocrático político, também é um contexto profícuo para compreender as relações e disputas de poder em esferas mais regionais e locais. Esferas estas que, ao mesmo tempo em que sofrem influências da conjuntura nacional, também acabam por exercer determinadas pressões, criando assim um panorama ambivalente. Se, durante muito tempo, a análise da política não levava em conta os acontecimentos locais, hoje, eles são compreendidos como importantes para se ter uma noção mais ampla da complexidade das disputas pelo poder, que envolvem os mais

diversos agentes sociais em busca de um espaço de exercício de suas intenções, ideias e ambições pessoais e coletivas.

Para tanto, destacaremos as configurações, os jogos de interesses, as relações e estratégias envolvendo o Partido Republicano Liberal (PRL), destacando tanto os desdobramentos em nível estadual, mas aprofundando aspectos relacionados também com dois de seus diretórios municipais, localizados em Novo Hamburgo e São Leopoldo. Nossa escolha sobre estes dois municípios se baseia em dois pontos: o primeiro, é o fato de que a historiografia predominante sobre essas duas cidades é, majoritariamente, de caráter laudatório e de pouca profundidade analítica e interpretativa. Com isso, a abordagem sobre a política local é meramente cronológica, abordando alguns dados biográficos sobre as autoridades, suas realizações e, eventualmente, alguns fatos tidos como pitorescos em seus governos. Da mesma forma, não estabelecem uma conexão entre o local com o regional e o nacional, impondo sobre essas localidades uma concepção de quase isolamento diante das conjunturas macro que ocorriam. E, o segundo ponto, diretamente ligado a esse problema historiográfico, é que, até o momento, praticamente não havia sido abordado o ambiente político local no período entre 1930 e 1937, criando-se uma espécie de lacuna temporal. E, em nossas pesquisas, especialmente nos acervos documentais destas cidades, como no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo e no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em São Leopoldo, encontramos documentação bastante significativa sobre esse período histórico, tanto nos documentos oficiais quanto em acervos particulares, especialmente de Leopoldo Petry e Theodomiro Porto da Fonseca, quantos nos jornais existentes nestas duas cidades (jornal *O 5 de Abril*, em Novo Hamburgo, e o semanário leopoldense *Correio de São Leopoldo*). Neste sentido, uma das motivações foi, justamente, o desafio de analisar essa conjuntura temporal, através da interpretação da política que se fazia neste momento, visando contribuir para um novo olhar sobre a configuração do poder em diferentes níveis, de forma relacional.

Didaticamente, iremos organizar este texto em dois blocos: o primeiro, abordando o PRL, entre 1932 e 1937, em sua dinâmica mais ampla, em nível estadual, analisando, concomitantemente, as relações também estabelecidas em nível federal. A segunda parte, por sua vez, verticaliza o foco de apreciação crítica, tendo como laboratórios os já

mencionados diretórios municipais de Novo Hamburgo e de São Leopoldo, para podermos compreender melhor os meandros da feitura das articulações políticas e a atuação relacional dos agentes históricos locais, que são imprescindíveis para uma visualização mais ampla e complexa dos partidarismos decorrentes deste período, assim como das rupturas e continuidades existentes.

Da fundação do Partido Republicano Liberal ao ultimato de Vargas e queda de Flores da Cunha

O Partido Republicano Liberal foi fundado em novembro de 1932, com a finalidade de garantir sustentabilidade ao governo do interventor federal do Rio Grande do Sul, general José Antônio Flores da Cunha (nomeado para o cargo em novembro de 1930, por Getúlio Vargas), tendo em vista a cisão ocorrida nos partidos tradicionais, o PRR e PL, que formavam a Frente Única Gaúcha (FUG)², que apoiara a ascensão de Vargas ao poder federal. O PRL se estruturou dentro do cenário político conflituoso daquele momento, potencializado pela Revolução Constitucionalista, deflagrada em 9 de julho de 1932, pelos opositoristas paulistas³. Conforme assevera Antônio Elíbio Júnior,

o engendramento político para a formação do novo partido contou, substancialmente, com apoio irrestrito do Governo Provisório e com a

²A Frente Única Gaúcha (FUG) foi o resultado da coligação dos dois partidos políticos sul-rio-grandenses de então, o Partido Republicado Riograndense (PRR), existente desde 1882, e o Partido Libertador, fundado em março de 1928, tendo sua origem no antigo Partido Federalista e em dissidências republicanas. A FUG foi oficializada em agosto de 1929, tendo como objetivo maior dar apoio e sustentabilidade à candidatura de Getúlio Vargas ao Governo Federal, sendo este o candidato escolhido pela Aliança Liberal, sendo esta, por sua vez, uma articulação entre os grupos políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com apoio da Paraíba e do Partido Democrático (PD) de São Paulo. A Frente Única Gaúcha teve seu término juntamente com os dois partidos aos quais coligara, quando estes foram extintos pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, em decorrência da implantação do Estado Novo, em 10 de novembro daquele mesmo ano.

³Dentre os argumentos motivadores para a eclosão de um conflito armado, estava a reivindicação pela reconstitucionalização do país, tendo em vista que, por conta do regime provisório iniciado em 1930, a Constituição de 1891 deixou de ter validade. Ao mesmo tempo, as oligarquias paulistas, então alijadas do poder, buscavam uma maior autonomia para o estado de São Paulo. Desde 1930, os governantes eram interventores nomeados pelo Governo Federal. Politicamente, o ano de 1932 também marcou uma aproximação entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), então opositores entre si. O Partido Democrático rompeu com Getúlio Vargas em fevereiro de 1932, e passou a articular-se conjuntamente com o PRP. Dessa aproximação, resultou a criação da Frente Única Paulista (FUP). A FUP se tornou a principal interlocutora das demandas paulistas, como a elaboração de uma nova Carta Constitucional para o país, além de estabelecer conexões com setores militares e a classe patronal paulista, visando o estabelecimento armado contra Getúlio Vargas e o seu governo.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

mediação de Oswaldo Aranha e Antunes Maciel. Nesse sentido, tornava-se difícil uma reaproximação de Flores da Cunha com antigos líderes da FUG, exilados ou sediados nas fronteiras do estado. De qualquer forma, a recomposição político-partidária no Rio Grande do Sul, agora com uma estreita relação com o poder federal, tinha, na figura de Flores da Cunha, a vinculação com o programa nacional de Vargas (ELÍBIO JÚNIOR, 2006: 101).

Concomitantemente, a partir daquele mesmo ano, muitos políticos filiados ao PRR e PL, e que integravam o ministério de Vargas, romperam com o presidente e passaram a se opor ao mesmo, como foi o caso de Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, já citados anteriormente, e do próprio Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio grande do Sul e líder unipessoal do PRR. Antônio Elíbio Júnior ainda argumenta, sobre este imbróglie político, que

em resposta a Vargas, desta vez sem qualquer mediação, Raul Pilla e Borges de Medeiros enviam-lhe um extenso telegrama, destacando a crise provocada com a renúncia de Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e João Neves da Fontoura dos cargos que ocupavam na administração federal. Acompanhando essas lideranças do PL e do PRR, também Sérgio Oliveira, Ariosto Pinto, Fernando Antunes e Aníbal Barros Cassal abandonaram seus postos no governo. A saída desses “colaboradores”, segundo os missivistas, não deveria ser entendida por Vargas como uma demonstração de “oposição sistemática” ao Governo Provisório; antes, o que ocorria, na interpretação de Pilla e Medeiros, era uma incompatibilidade, “inibição” da FUG com o governo federal (ELÍBIO JÚNIOR, 2006: 77).

Deste modo, a fundação do PRL também visava fortalecer o apoio partidário ao governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul. Segundo a historiadora Eliane Colussi (1996: 64), o PRL “já nasce como um partido governista, cooptando muitas elites locais e servindo de apoio para a consolidação da ordem política nacional. O poder local, neste contexto, se burocratiza, sendo incorporado à estrutura partidária do PRL”. De fato, em pouco tempo, lideranças locais em diversos municípios, até aquele momento de orientação partidária republicana ou libertadora, aderiram ao novo partido. É o que aconteceu, por exemplo, com o então prefeito de São Leopoldo, major Theodomiro Porto da Fonseca, que até aquele ano de 1932 fazia parte dos quadros do PRR e passa a integrar a nova agremiação partidária, assumindo também a direção do diretório municipal.

Encerrado o conflito armado entre São Paulo e o Governo Federal e tendo a promessa de que uma nova Constituição seria implantada no Brasil, teve início a fase de articulação partidária visando eleger os deputados que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte, a ser instalada em novembro de 1933. Estas eleições foram embasadas pela égide do novo Código Eleitoral, promulgado em 1932⁴. Esta Assembleia Constituinte exerceu suas funções até julho de 1934, quando, no dia 14 daquele mês, a nova Constituição brasileira foi promulgada.

O Partido Republicano Liberal elegeu 13 deputados federais constituintes, enquanto a FUG elegeu três representantes.⁵ Além disso, o Ministério da Justiça, era chefiado por Francisco Antunes Maciel Júnior, filiado ao PRL desde novembro de 1932. Coube a ele a tarefa de conduzir o processo de reconstitucionalização, atendendo, principalmente, aos interesses de Vargas e de seu grupo mais próximo. Ao mesmo tempo, Antunes Maciel Júnior era um intermediário e apoiador de Flores da Cunha junto ao governo de Getúlio Vargas. E a presença de um número maior de deputados vinculados ao PRL demonstram as rupturas e cicatrizes decorrentes da oposição da FUG à Vargas em 1932, além de evidenciar o aparato criado para dar sustentação política ao Governo Federal e ao interventor Flores da Cunha.

A Constituição de 1934 determinava a convocação das Assembleias Constituintes estaduais, além de convocar eleições indiretas para a chefia dos Executivos dos mesmos, que até então estavam ocupados pelo interventores nomeados pelo poder central. No Rio Grande do Sul, elegendo a maioria dos deputados constituintes, com 21 representantes contra 11 da FUG, Flores da Cunha foi eleito governador, assumindo em 15 de abril de 1935. Entretanto, mesmo a FUG estando em minoria da Assembleia estadual, exercia uma

⁴ Dentre as principais mudanças decorrentes do novo Código eleitoral, destacam-se a implantação do voto secreto e do direito de voto às mulheres, além da constituição da Justiça Eleitoral, encarregada de estruturar e fiscalizar os processos eleitorais a partir de então. O Código Eleitoral de 1932 previa ainda a formação de uma bancada classista, sendo esta composta por representantes de funcionários públicos, empregados e empregadores, eleitos por delegados sindicais.

⁵ Pelo Partido Republicano Liberal, os deputados eleitos foram: João Fanfa Ribas, Gaspar Saldanha, Raul Jobim Bittencourt, Renato Barbosa, Victor Russomano, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Heitor Annes Dias, Pedro Vergara, Argemiro Dornelles, Demétrio Xavier Frederico João Wolffenbütel, João Simplício Alves de Carvalho e João Ascânio Moura Tubino. Pela Frente Única Gaúcha, temos: Maurício Cardoso e Adroaldo Mesquita da Costa (Partido Republicano Rio-grandense) e Assis Brasil (Partido Libertador), que, após renunciar, foi substituído por Euclides Minuano de Moura.

forte oposição ao governo de Flores da Cunha. Ao mesmo tempo, emergiam as notícias de uma distanciamento cada vez maior entre o governante sul-rio-grandense e Getúlio Vargas.

Grande parte deste distanciamento se deu por conta das tentativas de Flores da Cunha de interferir em nível nacional, em assuntos que, para Vargas e seu grupo mais próximo, eram prerrogativas do Governo Federal. Na verdade, desde 1934 Flores da Cunha vinha demonstrando o interesse de candidatar-se ao cargo de presidente da República, nas eleições previstas para 1938. Desde então, a cisão entre os antigos aliados Flores da Cunha e Getúlio Vargas se tornava iminente. Carlos Rangel, verificando as incursões políticas no período entre 1930 e 1937, corrobora a ideia da *rota de colisão* entre os dois líderes, informando que

[...] em setembro de 35, nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, aquilo que era apenas boato ficou explícito: Getúlio e Flores estavam rompidos! Sentaram-se um de costas para o outro em foto bastante discutida na época e procuraram explicar aos seus aliados as razões do afastamento recíproco: Flores revelou que Getúlio havia sugerido um golpe, para evitar eleições que substituiriam os dois nos seus cargos. Getúlio reclamou das tentativas de sabotagem política que seu ex-amigo tentara fazer contra ele [...] (RANGEL, 2007: 32).

A partir deste momento, a crise e a instabilidade política se tornaram uma ameaça constante para Flores da Cunha, pois o mesmo percebia surgir dentro do cerne de seu próprio partido alas oposicionistas. Ao mesmo tempo, intuía que Vargas passaria a tomar medidas para neutralizar possíveis adversários em seu plano de perpetuar-se no poder por meio de um golpe de estado. E o governador do Rio Grande do Sul estava no rol destes inimigos. Flores da Cunha, vislumbrando esse panorama, que colocava a disputa pelo poder como um duelo de xadrez, sabia da necessidade de mover algumas peças neste jogo. Ou melhor, de tomar algumas atitudes políticas, buscando se fortalecer. E essas medidas ocorreram em janeiro de 1936, quando se aproximou do Partido Republicano Riograndense e do Partido Libertador, ainda integrados na Frente Única Gaúcha, objetivando criar uma governabilidade para si. Foi o chamado *modus vivendi de 1936*.

O acordo partidário instituído entre as três agremiações partidárias sul-rio-grandenses se alicerçava em três elementos principais: 1) total autonomia e liberdade de ação política por parte de cada um dos partidos envolvidos, desde que estivessem em

conformidade com as disposições do acordo por eles assinado; 2) os secretários de estado seriam nomeados e demitidos pelo governador e 3) os secretários só manteriam seus cargos enquanto os mesmos contassem como respaldo dos partidos aos quais integravam. Para maior coesão no sistema de funcionamento do governo, os secretários deveriam reunir-se em conselho uma ou mais vezes por semana, lavrando-se uma ata da reunião. Seria de prerrogativa do governador escolher o presidente do secretariado estadual, o qual, por sua vez, seria o coordenador de diversas secretarias e fiscal orçamentário. De certa forma, podemos concluir que se instalou um modelo de cunho parlamentarista no governo do Rio Grande do Sul, pelo menos no que tange seu caráter administrativo. Em 17 de janeiro de 1936, Flores da Cunha, pelo PRL, Borges de Medeiros pelo PRR e Raul Pilla, em nome do PL, assinaram o acordo. Raul Pilla, na mesma ocasião, foi nomeado titular da Secretaria de Agricultura, enquanto Lindolfo Collor, do PRR, a Secretaria de Finanças. Somada a essa função, Lindolfo Collor também se tornou o mediador entre a FUG e o governo estadual. Um programa de governo foi apresentado pela Frente Única Gaúcha, com metas nos campos administrativo, econômico, tributário e social.

Contudo, pouco menos de nove meses após firmado, o *modus vivendi* foi rompido. Dentre os fatores que desencadearam a crise que desbaratou o acordo partidário, estava a oposição dentro da Assembleia Legislativa à projetos propostos pelo governador Flores da Cunha. Os atritos se intensificaram em maio de 1936, especialmente após manifestações do deputado Maurício Cardoso, do PRR, contra Flores. Em resposta, o governador, em discurso colérico, registrado nas páginas do jornal *Correio do Povo*, afirmou que “[...] dentro do *modus vivendi* rio-grandense o PRL tinha tudo a dar e nada a receber”⁶. Raul Pilla manifestou-se em contrariedade a essa afirmação, criticando Flores da Cunha por não aceitar o veto a seus projetos. Para Raul Pilla, estava claro que, dentro do acordo firmado, a visão do governador era de que a FUG teria uma performance passiva frente ao PRL e ao chefe do Executivo estadual. Em decorrência do conflito instalado, Raul Pilla e Lindolfo Collor se demitiram das secretarias que ocupavam no Governo Estadual. E com eles, o PL e o PRR também já não encontravam mais razões para manter os laços de cordialidade com Flores da Cunha. Em consequência, isso abria uma porta para aproximações com o grupo político de Getúlio Vargas.

⁶*Correio do Povo*, 14 de maio de 1936, p. 16.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

Havia se tornado notória a intenção do Governo Federal de enfraquecer Flores da Cunha. Para isso, aproveitando a situação deflagrada pelo rompimento do acordo estadual, Getúlio Vargas procurou novamente a adesão da FUG, tendo como principal articulador o deputado estadual Maurício Cardoso, que se reaproximara de Vargas. Outra estratégia foi alavancar a dissidência no interior do PRL, seja entre os deputados estaduais e federais, seja nos núcleos locais, dentro dos diretórios municipais. Liderados por Benjamim Vargas, irmão do presidente da República, os dissidentes do PRL compuseram a *Dissidência Liberal*, encetando intensa campanha nos jornais contra Flores da Cunha, recusando peremptoriamente sua liderança.

Já em 1937, crises sucessórias se instalaram na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sobretudo nas questões referentes ao controle da mesa diretora da mesma. Em 14 de abril daquele ano, a Dissidência Liberal, formada pelos deputados Viriato Dutra, José Loureiro da Silva, Moisés Vellinho, Xavier da Rocha, José Perera Coelho de Souza, Cylon Rosa, Paulino Fontoura, Júlio Diogo e Benjamim Vargas, em acordo com a FUG e apoiada por alguns deputados federais, pelo senador Augusto Simões Lopes e outros líderes do PRL, como Protásio Vargas (irmão de Getúlio) e o ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, elegeu a mesa diretora, deixando ao PRL apenas um posto de quarto-secretário. Enquanto isso, na Câmara Federal, foi mais uma vez aprovada a prorrogação do estado de guerra, com o apoio da bancada do PRL, a despeito da oposição de Flores da Cunha. Com essa medida, o Governo Federal poderia intervir mais diretamente nos estados, não apenas no tocante ao setor administrativo, mas também militar, inclusive requisitando o controle pleno das polícias estaduais. Flores da Cunha, por seu turno, sentia que essas medidas resultariam em seu enfraquecimento total, deixando-o sem condições de resistir às investidas de Getúlio Vargas de afastá-lo do poder estadual e, ao mesmo tempo, continuar no poder.

Na sequência dos fatos, o general Emílio Lúcio Esteves foi nomeado executor do estado de guerra no Rio Grande do Sul, função essa que caberia ao governador. Para justificar essa medida perante os demais políticos e a própria sociedade, o Governo Federal acentuou o discurso referente a situação de insegurança e de ameaça criada pela mobilização clandestina das forças estaduais no interior do Rio Grande do Sul, além de

grupos provisórios que receberiam armas clandestinas do próprio Flores da Cunha. Segundo os dissidentes liberais e membros da FUG, um cenário de guerra civil estaria se delineando no horizonte, capitaneado pelo governador do Rio Grande do Sul contra o Governo Federal.

As medidas de Getúlio Vargas contra Flores da Cunha intensificaram-se ao longo de 1937. O general Manuel Cerqueira de Daltro Filho foi nomeado comandante da 3ª Região Militar e da 3ª Divisão de Infantaria, substituindo o general Esteves. Segundo René Gertz (2005), Esteves não havia se manifestado favorável ao golpe planejado por Vargas para se consolidar no poder. Com isso, era preciso ter um militar de confiança para deflagrar as ações necessárias, apoio que foi encontrado em Daltro Filho. Politicamente, dentro da Assembleia Legislativa, Maurício Cardoso, respaldado por Getúlio Vargas, pleiteou um movimento visando o impeachment de Flores da Cunha. Flores, entretanto, ainda conseguiu executar uma manobra vitoriosa conseguindo que o deputado classista Alexandre Rosas renunciasse ao mandato. Seu suplente, Moacir Godói Ilha, era favorável ao governador, o que possibilitou a Flores da Cunha ter a maioria de votos, garantindo sua permanência (por pouco tempo) no cargo.

Fracassada a nova tentativa de alijamento de Flores da Cunha do poder pelo meio partidário, houve avanço no campo militar. Em outubro de 1937, o general Daltro Filho transmitiu a Flores o decreto do governo central, exigindo a federalização da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Não contando mais com o recurso militar e bélico, na tentativa de uma resistência ao Governo Federal, Flores da Cunha acatou a decisão, mas renunciou ao cargo de governador, em 17 de outubro de 1937, partindo para o exílio no Uruguai. Vargas decretou então a intervenção no estado, alegando a existência de núcleos comunistas orientados por elementos estrangeiros. O general Daltro Filho foi nomeado interventor. Na articulação do novo governo, as secretarias foram ocupadas por membros do PRR, PL e da Dissidência Liberal. Pouco tempo após esses fatos, já livre de um de seus principais opositores, Getúlio Vargas, em 10 de novembro, decreta o golpe de estado que implanta o Estado Novo, regime que estendeu-se até outubro de 1945.

O panorama que descortinamos até o momento nos ajudará a compreender melhor os desdobramentos locais que envolveram o Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, essas dinâmicas locais também tiveram interferência nos

movimentos políticos estaduais e nacionais, gerando uma relação de ambivalência. Deste modo, prosseguiremos para a segunda parte deste artigo, abordando o PRL nos diretórios de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Os Diretórios Municipais do Partido Republicano Liberal em São Leopoldo e Novo Hamburgo

Em São Leopoldo, o Diretório Municipal do Partido Republicano Liberal teve sua fundação entre 1932 e 1933, tendo sua chefia local ficando sob responsabilidade do então prefeito municipal, Theodomiro Porto da Fonseca. Em seu corpo constitutivo, a maioria de seus integrantes eram até aquele momento vinculados ao Partido Republicano Riograndense. A mudança partidária ocorreu como uma demonstração de comprometimento e fidelidade ao presidente da República e ao interventor Flores da Cunha. Obviamente, aderiram ao novo partido oficial também para garantir sua vinculação com a órbita do poder. Como, depois do rompimento com Vargas e o apoio aos paulistas revoltosos em 1932, o PRL e o PL começaram a ser enfraquecidos pelas ações de Vargas, era conveniente aderir ao novo núcleo de poder, que era o PRL.

Sobre o Diretório Municipal de Novo Hamburgo, não encontramos informações exatas sobre o ano de fundação do mesmo. Contudo, acreditamos, através dos dados que pudemos averiguar (correspondências e notícias publicadas nos jornais locais), que sua consolidação ocorreu no ano de 1935. Lembremos que em 1935, ano em que foi convocada a Assembleia Constituinte estadual e, em consequência, a eleição indireta para o cargo de governador, o general Flores da Cunha demonstrava suas claras pretensões de continuar no governo do Rio Grande do Sul. Para isso, era necessário fortalecer seu partido político, visando eleger um número de deputados que garantissem sua permanência no poder. E para fortalecimento do partido, era necessário articular os diretórios municipais. Nesse sentido, a nomeação de prefeitos que fossem de sua confiança constituía um elemento importante nesse arranjo político. Em Novo Hamburgo, foi nomeado para o cargo de prefeito o capitão

Alencastro Braga de Menezes⁷, que era homem de confiança de Flores da Cunha desde os tempos da guerra civil de 1923.

Embora com poucas informações, acreditamos que em Novo Hamburgo, o diretório do Partido Republicano Liberal tivesse uma força política ainda sem maiores expressões. Por conta disso, uma das funções de Alencastro Braga de Menezes era fortalecer o diretório local, se aproximando das lideranças locais e das instituições que detinham alguma forma de poder e influência. Conforme as pesquisas de Marcos de Almeida Saul (1988: 40) sobre o operariado e a formação dos sindicatos em Novo Hamburgo, em 1935, o prefeito Alencastro Braga de Menezes deu pleno apoio para a fundação do Círculo Operário local, entidade vinculada a Igreja Católica, cuja atuação em Novo Hamburgo foi bastante expressiva. Nesta perspectiva, a aproximação com a Igreja Católica e os líderes políticos, comunitários e empresariais vinculadas com essa denominação confessional, constituíram em um dos dispositivos de ampliação partidária exercidos pelo edil local.

Algumas das lideranças expoentes do PRL hamburguense eram Pedro Schneider, empresário do setor calçadista, e Ângelo Benito Provenzano. E foi este nome escolhido por Flores da Cunha para substituir o capitão Alencastro Braga de Menezes como prefeito municipal, tomando posse em 4 de setembro de 1935. Ângelo Benito Provenzano, nascido em Porto Alegre, no dia 27 de março de 1893, era filho de Francisco e Maria Provenzano. Seu pai era um importante comerciante da capital, possuindo uma fiabreria e um café no Mercado Público, além do matadouro localizado em Novo Hamburgo. Além disso, Francisco Provenzano integrava a sociedade local porto-alegrense, sendo sócio de alguns

⁷Alencastro Braga de Menezes nasceu na cidade de Rosário do Sul, em 15 de fevereiro de 1899. Era filho de José Gomes de Menezes e Maria Braga de Menezes. Iniciou sua carreira na Brigada Militar em 1916, ainda em Rosário do Sul. No ano seguinte, transferiu-se para Porto Alegre. Participou da guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul, servindo as tropas legalistas. Foi ajudante-de-ordem do coronel Claudino Nunes Pereira, além de ter sido auxiliar imediato das forças governistas lideradas por Flores da Cunha. Após o fim do conflito, passou a integrar a Escolta Presidencial da Brigada Militar (atualmente denominada 4º Regimento de Polícia Montada “Bento Gonçalves”), na função de secretário. Posteriormente, foi nomeado comandante desse regimento, cargo que ocupava em 1930. No final de setembro de 1930, recebeu o convite do general Flores da Cunha para assumir o comando da Guarda Civil, com finalidade de apoiar o ataque ao Quartel-General da 3ª Região Militar do Exército, naquele momento chefiado pelo general Gil Antônio Dias de Almeida. Aceitando o convite, assumiu a liderança desse grupo, que, na tarde de 3 de outubro de 1930, invadiu e dominou o quartel, dando início ao movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930. O comando geral do movimento, em Porto Alegre, esteve a cargo do general Flores da Cunha e de Oswaldo Aranha. Com a vitória do movimento, é efetivado no comando da Guarda Civil. Posteriormente, ocupou o cargo de delegado de Polícia em Venâncio Aires e Palmeira das Missões. Também ocupou interinamente a função de prefeito do município de Tapes. Chegou ao posto de coronel da Brigada Militar. Faleceu em 2 abril de 1982, aos 83 anos de idade, em Porto Alegre.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

clubes, principalmente os de origem italiana⁸. Formado em engenharia, Ângelo Provenzano assumiu também a direção do Matadouro Provenzano⁹, que fornecia carne para abastecimento do mercado de Porto Alegre, além de couro, utilizado nos curtumes e indústrias calçadistas da região de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A nomeação de Ângelo Provenzano para a Prefeitura de Novo Hamburgo ocorreu poucas semanas antes das eleições municipais para prefeito e vereadores, marcada para 17 de novembro de 1935. No caso hamburguense, as articulações políticas uniram o Partido Libertador e o Partido Republicano Riograndense, ainda coligados na Frente Única Gaúcha, e o Partido Republicano Liberal. Por esse acordo, a indicação do prefeito ficaria a cargo do Partido Republicano Liberal, que também indicaria dois nomes para a Câmara de Vereadores. A Frente Única Gaúcha, por sua vez, indicaria cinco nomes como candidatos a vereadores. Uma publicação no jornal *O 5 de Abril*¹⁰, assinada por Pedro Schneider, em nome do Partido Republicano Liberal, e por Albino Ludwig, representando a Frente Única Gaúcha, anunciam ao eleitorado hamburguense o estabelecimento deste acordo político.

Ao analisarmos a relação estabelecida entre os três partidos políticos, percebemos que as articulações devem ter iniciado em momento anterior à nomeação de Ângelo Provenzano para o cargo de prefeito. Provavelmente, as tratativas devem ter iniciado ainda sob ação de Alencastro Braga de Menezes. Neste caso, a nomeação de Ângelo Provenzano não fora apenas uma determinação de ordem superior, imposta pelo governo estadual, mas foi resultado, primeiramente, de uma negociação local, posteriormente referendada pelo governador Flores da Cunha. Desse modo, evidencia-se a importância dos arranjos e das estratégias locais para garantir não apenas a participação política de determinados grupos, mas também para garantir ao governo estadual estabilidade e apoio.

Em nova publicação do jornal *O 5 de Abril*, datada de 18 de outubro de 1935¹¹, Guilherme Leopoldo Vielitz, presidente do diretório local do Partido Libertador, pediu que fosse publicada a lista de nomes lembrados, em reunião da Frente Única Gaúcha, para comporem a chapa da coligação aos cargos de vereadores. Pelo PRL, os indicados foram:

⁸ Para maiores informações, ver: (CONEDERA, 2009)

⁹ Posteriormente, essa empresa seria adquirida por uma indústria frigorífica denominada Ouro Branco, que posteriormente também daria origem ao bairro homônimo, localizado em Novo Hamburgo.

¹⁰ Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.25, 18/10/1935, p. 3.

¹¹ Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.25, 18/10/1935, p. 2.

Leopoldo Petry, Wendelino Klaser, Adão Adolfo Schmitt, Djalmo Klaser e Arno Poisl. O PL fez a indicação de: Guilherme Ludwig, Guilherme Leopoldo Vielitz, Albino Schröer e Guilherme Becker. Não foi possível, em alguns casos, definir qual era a filiação partidária de alguns nomes escolhidos: Carlos Korndörfer, Carlos Germano Bürckle, Ernesto von der Heyde, João Allgayer Filho, Emilio Streb, Adriano Bender, Benno Schütz, Germano Friedrich, João Henrique Biondi, Carlos Barth, Oscar Jung, Hugo Benno Diefenbach, Henrique Strassburger, Werner Momberger, C. H. Ernesto Richter, Pedro Mentz Sobrinho, Adelino Mueller, A. H. Leopoldo Engel, Carlos Klein Filho, A. Hugo Lipp, Waldomiro Mayer, Frederico Guilherme Grovermann.

Ao observarmos a nominata dos indicados, os nomes de alguns republicanos históricos não constam nessa lista. Republicanos estes que exerceram forte influência nos rumos políticos locais e regionais desde, pelo menos, a década de 1910. É o caso de José João Martins, Ervino João Schmidt, Pedro Alles, Alberto Mosmann, Norberto Lichtler, entre outros. Por outro lado, alguns nomes que até então estavam afastados do ambiente político são mencionados, como o caso de Leopoldo Petry, ex-intendente de Novo Hamburgo entre 1927 e 1930. Tanto que, em 1936, ele assume a chefia do diretório republicano de Novo Hamburgo. Mas um dos resultados significativos do acordo político entre a Frente Única Gaúcha e o Partido Republicano Liberal foi uma divisão interna no Partido Republicano Rio-grandense local, causando o afastamento de um grupo influente, que discordava da união política entre os partidos, assim como o não lançamento de um nome republicano para o cargo de prefeito municipal.

O grupo dissidente, representado por Alberto Mosmann e Ervino João Schmidt, publica em 25 de outubro do mesmo ano¹² uma nota no jornal *O 5 de abril*, acusando os libertadores Guilherme Leopoldo Vielitz e Guilherme Ludwig de inventarem boatos e de os mencionarem como responsáveis. Não foi possível verificar o teor desses boatos, mas tudo indica que estejam relacionados com a dissidência republicana, na qual Alberto Mosmann e Ervino João Schmidt tomaram parte. Os atritos entre os dissidentes republicanos e a coligação PRL-FUG resultaram na formação de uma nova organização política local: o Partido Popular de Novo Hamburgo.

¹²Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.26, 25/10/1935, p. 3.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

Dentre os membros do Partido Popular de Novo Hamburgo, podem ser citados: José Luiz Alles, João Batista Jaeger, Arnaldo Grin, Reinaldo Eismann, Frederico Berlitz, Guilherme Streb, Antonio Roberto Lipp, Bertholdo Rech, Alberto Mosmann, João Walter Rick, Armindo Strassburger, Oswino Momberger, Albino Momberger, Henrique Schneider, João Wendelino Hennemann Filho, Syrio Brenner, Ervino João Schmidt, Leonardo Alles, entre outros. A Comissão Central do Partido Popular de Novo Hamburgo era composta por: Athaliba Juchem, Norberto Lichtler, Carlos Momberger, C. Oscar Korndörfer, Aldino Selbach, Francisco R. Froelich, Carlos Engel Filho e Pedro Alles¹³. Em outubro de 1935, foram escolhidos como candidatos populares: José João Martins, para prefeito, tendo como candidatos a vereadores Adolfo Jaeger, Arthur Einsfeld, Carlos Conrado Grun, Frederico Arno Hammer, Affonso Eugênio Schwan, Urbano Schwan e Samuel Dietschi. Dos nomes escolhidos, Adolfo Jaeger, anteriormente, integrava as fileiras do PRR, deixando o partido juntamente com seu cunhado José João Martins. Os demais nomes, conforme averiguamos, exerciam liderança comunitária, mas não haviam até aquele momento concorrido a cargos públicos. As novas configurações partidárias, especialmente com a formação de uma agremiação mais localista, se mostraram oportunidades salutaras para a tentativa de alguns agentes locais ingressarem mais expressivamente no ambiente político.

A constituição das chamadas *candidaturas populares* representou um problema para os partidos tradicionais, sobretudo para o PRL. Essas candidaturas avulsas indicavam grupos que não interagiam positivamente com os novos andamentos políticos e partidários que vinham se delineando desde 1932. Para Flores da Cunha, quanto mais pulverizada fossem as eleições, maiores dificuldades poderiam surgir para sua consolidação no poder, mesmo já tendo sido eleito governador, pois além de necessitar de apoio das bancadas legislativas na Assembleia estadual e na Câmara Federal, apoio nos Executivos municipais eram também um elemento decisório em alguma situação de crise. Cabe ressaltar a importância do apoio das bases locais, pois delas emergiam forças de sustentação dos governantes estaduais, além de serem destas que surgiam potenciais candidatos para os legislativos estaduais ou federal. Para evitar o crescimento destas candidaturas e direcionar o voto da população, a Comissão Executiva Central do PRL, assim como os seus Diretórios

¹³Jornal *O 5 de Abril*, Ano IX, n.25, 18/10/1935, p. 3.

locais, realizaram a publicação de artigos em jornais de todo estado, alertando para o “perigo de desagregação que as candidaturas independentes podem causar ao Rio Grande do Sul”, além, é claro, de externar a necessidade de que fossem votados os candidatos apoiados por Flores da Cunha.

Um aspecto importante trazido pela presença de candidaturas independentes está na adoção de outras medidas estratégicas de conquista do eleitorado, tanto por parte destes grupos quanto pelos partidos tradicionais. O apelo para o sentimento de identidade e pertencimentos locais, as insinuações de fatos pitorescos da vida pessoal dos adversários e críticas por episódios ocorridos no âmbito municipal, o convencimento de forma mais pessoal e direta com os eleitores, são formas significativas que começaram a ganhar maior espaço, indicando uma renovação das práticas eleitorais que se tornou mais corrente após a redemocratização do país, a partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo.

Enquanto isso, a coligação PRL-FUG indicou os seguintes candidatos em Novo Hamburgo: para prefeito, referendado o nome de Ângelo Provenzano. Para vereadores, a escolha recaiu sobre Pedro Schneider, Guilherme Becker, Guilherme Leopoldo Vielitz, Arno Poisl, Jardelino Petersen, João Allgayer Filho e Wendelino Klaser. Mas, além dos candidatos oficiais e dissidentes, um terceiro grupo se articulou para concorrer ao pleito municipal de novembro de 1935: os integralistas.¹⁴

¹⁴A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional no sentido real do termo, com forte mobilização das camadas sociais. Sua força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de integrantes (adeptos de fato e simpatizantes). A inspiração advinha abertamente do fascismo italiano, com o poder centralizado e a construção do chamado *homem integral*. Embora o *fascismo nativo* tivesse se manifestado primeiramente em 1922, com a fundação da Legião Cruzeiro do Sul (imitando provavelmente o *fascio* italiano de 1919 e o Partido Nacional Fascista de Mussolini, estruturado em 1921), a expansão dos movimentos fascistas brasileiros eclodiu de forma mais encorpada nos anos 1930, com o surgimento de pequenas agremiações e movimentos regionais, dentre os quais podemos elencar a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho e o Partido Nacional Sindicalista. Devemos considerar que, se por um lado, a situação interna do país proporcionou condições para o surgimento de um movimento de tipo fascista, o conteúdo e o estilo da organização do integralismo, entretanto, tem sua concepção predominantemente europeia. No caso da formação dos núcleos integralistas no Rio Grande do Sul, isso ocorreu pelo fato da AIB encontrar eco nas áreas coloniais devido, especialmente, pelo fato de que durante grande parte da Primeira República, imigrantes e descendentes não terem uma participação mais efetiva em esferas mais amplas do poder, especialmente estadual e federal. Sua atuação, excetuando-se localidades como Novo Hamburgo, era aviltada pelas lideranças políticas mais tradicionais, vinculadas com as oligarquias históricas. Com os núcleos locais da AIB, muitos encontraram possibilidade de terem seus anseios de participação no poder político alcançados.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERALNO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

O núcleo hamburguense da Ação Integralista Brasileira, fundado pouco mais de um ano antes da data das eleições, em consonância com uma solicitação da chefia nacional da organização, decidiu indicar candidatos a prefeito e vereadores. O candidato a chefia do executivo hamburguense fora Wolfram Metzler, chefe do núcleo integralista hamburguense, que também se candidatou a vereador. Os demais candidatos integralistas foram Willibaldo Diehl, José Frederico Becker, Alfredo Marotzky, João Abílio Becker, Oscar Oswaldo Kayser e Plínio Arlindo de Moura.

Realizado o pleito eleitoral em 17 de novembro de 1935, o resultado das urnas deu vitória ao candidato Ângelo Provenzano, ficando em segundo lugar José João Martins, seguido de Wolfram Metzler. Para vereadores, foram eleitos Guilherme Becker, Guilherme Leopoldo Vielitz, João Allgayer Filho, Pedro Schneider, Wolfram Metzler, Samuel Dietschi e Adolfo Jaeger. Analisando a composição da Câmara de Vereadores, os integralistas conseguiram realizar parte de seu projeto, elegendo seu principal líder no município: Wolfram Metzler, que também foi candidato ao cargo de prefeito. Ao mesmo tempo, com Guilherme Leopoldo Vielitz eleito, os católicos locais passaram a ter um representante bastante engajado atuando diretamente no poder legislativo. A dissidência popular também obteve espaço no legislativo, com a representação de Adolfo Jaeger, católico, e Samuel Dietschi, evangélico-luterano. Quanto aos candidatos oficiais, o partido situacionista elegeu um vereador, Pedro Schneider. Os demais eleitos representavam o Partido Libertador, com o evangélico-luterano Guilherme Becker e os católicos João Allgayer Filho e Guilherme Leopoldo Vielitz.

Quanto ao Partido Republicano Riograndense, o esfacelamento interno contribuiu significativamente para que os republicanos perdessem espaço. Os nomes indicados pelo partido, Wendelino Klazer, Arno Poisl e Jardelino Petersen, não tinham a mesma expressão política que muitos dos dissidentes, que fundaram o Partido Popular de Novo Hamburgo. Diante dessa conjuntura desfavorável, os republicanos teriam que definir novas estratégias para se rearticularem e buscarem retomar o espaço político local. Parte dessa estratégia foi reconduzir Leopoldo Petry, em 1936, à direção do partido, numa tentativa de, por conta dos laços partidários, confessionais e de amizade, reconquistar os antigos integrantes para se alistarem novamente às fileiras do PRR de Novo Hamburgo.

O enfraquecimento do Partido Republicano Riograndense pôde ser sentido também em São Leopoldo. Nas eleições de 1935 todos os nove vereadores eleitos, assim como o prefeito, major Theodomiro Porto da Fonseca, pertenciam ao Partido Republicano Liberal. Alguns dos vereadores eleitos, como Gustavo Adolfo Vetter, representando o distrito de Campo Bom, e Vicente Hennemann, eleito representante distrital de Dois Irmãos, já ocuparam estes cargos, ainda com a denominação de conselheiros municipais, na década de 1920, e haviam se destacado como influentes lideranças republicanas locais. Gustavo Vetter, por exemplo, tinha relações pessoais próximas com Borges de Medeiros. Contudo, as configurações políticas que se polarizaram a partir de 1932 fizeram estes e outros republicanos históricos a aderirem às hostes liberais.

Também em São Leopoldo foram apresentados candidatos oposicionistas. Como candidato avulso, foi lançado o nome de Carlos Corrêa da Silva, filho do ex-intendente de São Leopoldo coronel João Corrêa Ferreira da Silva, a quem Theodomiro Porto da Fonseca sucedera em 1928. Os integralistas leopoldenses, por sua vez, tiveram como candidato ao cargo de prefeito o jovem advogado Nei Câmara, além de concorrentes para o legislativo local. A FUG lançou apenas candidatos à Câmara de Vereadores, embora tenha tentado a impugnação da candidatura de Theodomiro Porto da Fonseca, não obtendo êxito junto à Justiça Eleitoral. Ao contrário do que ocorreu nas eleições hamburguenses, a FUG e os integralistas não elegeram nenhum candidato para compor o legislativo leopoldense. A fragilização da força política republicana em São Leopoldo estava relacionada diretamente com a mudança de seus principais líderes para o partido situacionista estadual. No caso de Novo Hamburgo, os líderes republicanos mais tradicionais, por não concordarem com uma aproximação tão estreita com o Partido Republicano Liberal, decidiram formar uma dissidência e constituir uma nova agremiação política.

Politicamente, Ângelo Provenzano buscou governar Novo Hamburgo mantendo uma relação equilibrada com os grupos políticos existentes no município, evitando interferir nos assuntos partidários. Uma das estratégias adotadas pelo prefeito hamburguense foi obter apoio a partir de medidas de ordem econômica. Durante sua gestão, Ângelo Provenzano incentivou a indústria e o comércio local. Por conta disso, acabou recebendo apoio de uma parte considerável do empresariado local, fornecendo-lhe uma base política para conseguir se manter no poder.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERALNO RIO GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

Com a agitação política se acirrando em nível estadual em 1937, os reflexos das disputas entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha começam a se manifestar nos municípios da região. Em São Leopoldo, até outubro de 1936, o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca jurava obediência ao governador do Rio Grande do Sul¹⁵. Em março de 1937, em manifestação pública através da imprensa¹⁶, passa a declarar seu apoio irrestrito ao presidente Getúlio Vargas, rompendo com Flores da Cunha.

Em seu discurso, Theodomiro Porto da Fonseca assevera que “o grande apoiador do desenvolvimento leopoldense foi Getúlio Vargas”, enquanto Flores da Cunha “por sua vez, nem sempre parecia se importar com aquela municipalidade e com seu povo”. O prefeito leopoldense tinha estreitas raízes republicanas, pois desde o princípio do século XX fora integrante do PRR. Seu irmão, Gregório Porto da Fonseca, foi ajudante pessoal de Vargas na presidência da República entre 1930 e 1934, ano em que Gregório faleceu. Embora haja a necessidade de aprofundamento das pesquisas dentro da análise das relações pessoais, foi possível aventar até o momento que a ligação entre Fonseca e Vargas era maior, por exemplo, do que entre o prefeito de São Leopoldo e Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul e chefe do PRR. Deste modo, podemos entender que o ingresso de Theodomiro Porto da Fonseca no PRL se deu principalmente por duas questões: primeiramente, por este partido, em um primeiro momento, contar com o apoio de Getúlio Vargas, tendo em vista que fora criado também para dar-lhe sustentação política em nível estadual. E, em segundo lugar, para garantir sua própria continuidade no poder municipal leopoldense, tendo em vista as medidas tomadas por Flores da Cunha para dismantelar o poder da FUG nos municípios, garantindo no poder pessoas de sua inteira confiança. A partir do momento em que essas duas motivações se encontravam em processo de esfacelamento, por conta das conjunturas nacionais, estaduais e locais aqui apontadas, Fonseca não encontrou mais razões para continuar com seu apoio ao governador Flores da Cunha. Por seu turno, oportunamente, percebendo o agigantamento das medidas de Vargas

¹⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Caixa 02 – Correspondência de Theodomiro Porto da Fonseca ao Diretório Executivo estadual do Partido Republicano Liberal.

¹⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Caixa 02 – Manifestação de Theodomiro Porto da Fonseca em apoio ao presidente Getúlio Vargas.

de consolidar-se no poder, Theodomiro Porto da Fonseca retomou a fidelidade já de longa data ao presidente do Brasil.

Em maio de 1937, conforme René Gertz (2005), Theodomiro Porto da Fonseca foi expulso do Partido Republicano Liberal, juntamente com Paulo Westphalen e Oscar Germani, respectivamente prefeitos de Palmeira das Missões e Santa Rosa. Ângelo Provenzano, por sua vez, se manteve fiel ao governador Flores da Cunha. Porém, a fidelidade ao governante estadual causaria efeitos negativos há uma parcela significativa dos políticos que assim o fizeram. Estas lideranças, por sua vez, caíram em descrédito junto ao poder central e aos novos mandatários estaduais, sendo suprimidos do exercício dos cargos que ocupavam, além de sofrer outros tipos de retaliações. Foi o caso de Ângelo Provenzano, que foi destituído do cargo de edil hamburguense, e de Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre desde 1928, que teve seu mandato encerrado abruptamente, retirando-se, a partir de então, da vida pública e partidária. Em 1932, Bins havia ingressado no PRL e, naquele 1937, ainda se mantinha próximo de Flores da Cunha, o que não foi perdoado pelo Governo Federal, mesmo tendo o prefeito porto-alegrense apoiado o golpe estadonovista. Segundo Margaret Bakos (2013:71), mesmo tendo se reaproximado de Vargas, Alberto Bins foi vítima de perseguição dos governantes que lhe sucederam no governo de Porto Alegre.

Conclusão

Com a renúncia de Flores da Cunha em 17 de outubro de 1937 e com a nomeação do general Daltro Filho para o governo estadual, ocorrem mudanças também nas administrações municipais. De forma geral, os prefeitos que permaneceram favoráveis ao ex-governador sul-rio-grandense foram afastados do cargo. Alguns que, em determinado momento, romperam com Flores da Cunha e passaram para a oposição foram mantidos. Este foi o caso de Theodomiro Porto da Fonseca em São Leopoldo¹⁷. Em Novo Hamburgo,

¹⁷ Cabe destacar que esse procedimento não foi uma regra. René Gertz (2005: 24) lembra que Oscar Germani, em Santa Rosa, mesmo rompendo com Flores da Cunha, foi afastado do cargo pelas autoridades do Estado Novo. Também é necessário, para se analisar estas situações, compreender os fatores políticos locais e outros componentes que interferiram no gerenciamento das administrações municipais desse período, como fatores étnicos ou vinculação com ideias destoantes da nova ordem nacional. No caso de Oscar Germani, por

Ângelo Provenzano foi destituído do cargo de prefeito em dezembro de 1937, pelo fato de ter-se mantido fiel à Flores da Cunha, não aderindo aos flertes que recebia por parte da Dissidência Liberal. Para seu lugar, foi nomeado Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro¹⁸. As Câmara de Vereadores, além das Assembleias Legislativas estaduais e do Congresso Nacional, foram fechadas e os partidos políticos foram proibidos no Brasil, em 1937. Diante desse novo cenário, os antigos grupos políticos, sejam eles estaduais, sejam locais, precisaram novamente se reestruturar e definir quais rumos seguiriam a partir daquele momento. E, embora o Estado Novo tenha delineado uma nova estrutura política, de caráter mais autoritário, a necessidade de articulação e de relacionamentos com estruturas regionais e locais continuou existindo.

Muitas vezes, o período estadonovista é concebido apenas por uma percepção de imposição verticalizada, das instâncias superiores, ou seja, âmbitos federal e estaduais, para as esferas inferiores, locais. Mas, para uma compreensão mais profunda da complexidade deste período histórico, é necessária a análise das conjunturas locais, a partir de critérios teóricos e metodológicos pertinentes. Também é salutar compreender que o estudo entre as relações do poder local com as esferas superiores é importante pois, tendo em vista um contexto onde os cargos eram ocupados por meio de indicações, boas relações dos políticos locais com os mandatários estaduais e federais poderiam garantir eventuais nomeações para o exercício da chefia dos Executivos municipais. Deste modo, novas interpretações sobre o Estado Novo tem se tornado possíveis, assim como do período anterior, cujos desdobramentos confluíram para esse novo regime, a partir de 1937.

exemplo, pesavam as acusações de ser um germanista, ou seja, defensor de tradições culturais e sociopolíticas alemãs.

¹⁸Amigo pessoal de lideranças políticas como João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e o próprio Getúlio Vargas, Odon Cavalcanti nasceu na Paraíba, em 1884. Veio para o Rio Grande do Sul, onde ingressou na carreira militar. Deixando o Exército, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Filiado ao PRR, fez parte do chamado Bloco Acadêmico Castilhistas. Foi secretário da Intendência de Cachoeira do Sul, entre 1908 e 1912, intendente de São Francisco de Paula entre 1921 e 1926, chefe de Polícia da região de Taquara, entre os anos de 1930 e 1933, além de diretor do Porto de Rio Grande, cargo ocupado nos anos de 1933 a 1937, quando assumiu a Prefeitura de Novo Hamburgo, até 1942. Ocupou ainda cargos de direção da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul, onde chegou ao cargo de presidente na década de 1940. Faleceu em 1966.

Referências

BAKOS, Margaret Marchior. *Porto Alegre e seus eternos intendentos*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Da ilha do sul para a capital do sul: imigrantes sicilianos na sociedade porto-alegrense (1875-1920)*. Porto Alegre, 2009. Monografia [Graduação em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930 – 1937)*. Campinas, 2006. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2002.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O Governo de Flores da Cunha. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

_____ (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

SAUL, Marcos de Almeida. *A classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, 1945-1964*. Santo Ângelo: Fundames, 1988.

SILVA JUNIOR, João Inácio da. *Galeria biográfica ilustrada*. Porto Alegre: [s.n.], 1937.

WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Presença, 1979.

DISSIDÊNCIAS E CONTINUIDADES NO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL NO RIO
GRANDE DO SUL (CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DIRETÓRIOS
MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO E NOVO HAMBURGO)

Recebido em: 22 de outubro de 2017

Aceito em: 05 de março de 2018